



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

EDUCAÇÃO FISCAL: Um exercício para a Cidadania na escola!

Márcia Aparecida Duarte de Oliveira¹
Andressa Fassbinder dos Santos²

Resumo

O presente trabalho constitui-se acerca do tema Educação Fiscal, caracterizando o projeto de pesquisa desenvolvido com uma turma de quarto do ano do ensino fundamental da escola municipal de ensino fundamental Pres. Affonso Penna, localizada no bairro Vila Nova em Novo Hamburgo. O tema abordado está articulado com questões relativas à saúde, principalmente no que se refere a pandemia do Coronavírus. Visando a interdisciplinaridade, busca-se o diálogo entre professoras que atendem a turma, além de incentivar o protagonismo estudantil, almejando que tais questões desenvolvidas em ambiente escolar, sejam levadas para toda comunidade, através de ações que aproximem estudantes, famílias e corpo docente. A proposta objetiva desenvolver conceitos relativos à cidadania, tributos e investimentos de diferentes esferas do governo nas necessidades básicas da população, que neste momento, direciona-se com maior ênfase para a vacinação das pessoas. A Educação Fiscal é uma temática que perpassa todas as disciplinas escolares e deve ser trabalhada como um meio de promover a reflexão sobre o papel social de cada indivíduo e seus direitos e deveres junto ao bem estar social.

Palavras-chave: Cidadania; Educação Fiscal; Pandemia; Tributo;

INTRODUÇÃO

A Educação Fiscal é um tema integrador proposto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017). É um assunto que está diretamente relacionado à cidadania, como uma proposta transversal, ou seja, que perpassa todos os componentes curriculares, independente do ano escolar de cada criança ou estudante. Contudo, a cidadania está presente, muitas vezes, de forma coadjuvante no fazer docente do

¹ Formada em Magistério, licenciada em Pedagogia, especialista em Mídias na Educação. Professora na Rede Municipal de Ensino, marciadeoliveira@edu.nh.rs.gov.br. Lotada na EMEF Pres. Affonso Penna.

² Formada em Magistério, licenciada em Educação Física, especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar, mestranda em Educação Profissional e Tecnológica. Coordenadora na Rede Municipal de Ensino, andressafs@edu.nh.rs.gov.br. Lotada na EMEF Pres. Affonso Penna.



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

professor, que entre tantas habilidades e competências que desenvolve, por vezes, precisa fazer escolhas em sua organização curricular, não sendo possível, dar a ênfase necessária neste assunto aqui exposto. Todavia, o que precisa ser evidenciado é a importância que o desenvolvimento da Educação Fiscal tem na constituição do indivíduo, principalmente, na compreensão de seu papel social em relação aos seus direitos e deveres.

Desta forma, pode-se dizer que a Educação Fiscal é um processo pedagógico que objetiva levar ao cidadão o conhecimento sobre como funciona a gestão dos recursos públicos, a fim de que a sociedade tenha ferramentas para ajudar no controle da arrecadação e na fiscalização da aplicação desses recursos (RIO GRANDE DO SUL, 2019). Além disso, a Educação Fiscal é uma ferramenta indispensável à promoção do controle e fiscalização por parte da sociedade, no que diz respeito à arrecadação dos recursos públicos, fomentando, assim, o respeito à dignidade humana e à democracia.

Assim, por ser um tema integrador, repleto de possibilidades em relação aos conteúdos, habilidades e competências apontados em cada componente curricular, o desenvolvimento da Educação Fiscal na escola, a partir dos pressupostos apontados pela BNCC (BRASIL, 2017), tornam possível que a saúde seja abordada e problematizada em ambiente escolar, enfatizando questões significativas e atuais, como por exemplo, o que toda a população mundial está enfrentando atualmente, o SARs-Cov 2.

Sabe-se que a pandemia da covid-19 trouxe inúmeras preocupações, e uma delas, refere-se a rápida contaminação do Coronavírus em todos os países do mundo. Para enfrentar a referida pandemia, os governos (federal, estadual e municipal) precisam de recursos financeiros para enfrentar a doença, adquirindo equipamentos, medicamentos, leitos hospitalares, contratando profissionais e comprando vacinas. Tem-se o conhecimento de que a maior parte do dinheiro que o governo utiliza tem origem nos tributos, entre eles, os impostos e as taxas. Mas, de que forma este montante é distribuído? Como são escolhidas as prioridades? Como é a distribuição entre cada



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

necessidade? A partir das questões expostas, torna-se fundamental destacar a importância de se trabalhar a Educação Fiscal em ambiente escolar.

Afinal, abordar a Educação Fiscal na escola, é dar importância para a formação cidadã dos estudantes, conscientizando-os acerca do seu papel em relação aos problemas, soluções e destinação financeira e econômica de seu País, Estado ou Município, bem como entender os tributos e a importância de pagá-los. Desta forma justifica-se o trabalho e espera-se que o mesmo contribua para uma melhor formação dos estudantes, já cidadãos, com capacidade transformadora do meio em que vivem. Tal propósito, objetiva instrumentalizar o sujeito a torna-se fiscalizador de atos errados em relação ao desenvolvimento social, gastos públicos e investimento na qualidade de vida da população.

Logo, sobre a relação entre Educação Fiscal e saúde, tendo ênfase na pandemia da Covid-19, Santos (INSTITUTO JUSTIÇA FISCAL, 2020) caracteriza que

A crise sanitária da covid-19 nos coloca diante do dilema de queda de arrecadação e aumento de gastos. De um lado, por conta das necessárias medidas preventivas, haverá redução na arrecadação de tributos, além de desonerações, parcelamentos e outras facilidades tributárias que são necessárias para as classes mais pobres e para as pequenas e médias empresas. Este é o receituário aplicado na maioria dos países neste momento. Por outro, o Estado nunca foi tão demandado em termos de ampliação de políticas públicas como agora. Precisamos de recursos para aparelhamento da saúde pública e para garantir renda para que as populações mais necessitadas consigam sobreviver. Desonerar tributos e aumentar os gastos parece, *a priori*, uma equação que não fecha, no entanto, estas duas medidas não são, de forma alguma, incompatíveis (INSTITUTO JUSTIÇA FISCAL, 2020).

Logo, para que aconteça uma mudança de comportamento da sociedade, e seja despertada a consciência cidadã, faz-se necessária que a escola, enquanto instituição social promova ações voltadas para o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores que reforcem o exercício da cidadania, como por exemplo, a pesquisa sobre cupons fiscais, notas e qual sua relação na economia e investimentos em serviços públicos para a população. Afinal, muito se fala em direitos, mas, pouco se comenta a respeito dos



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

deveres que cada indivíduo tem frente à sociedade. Pensar ações e experiências em ambiente escolar torna o estudante um agente de multiplicação em sua própria comunidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ação de educar para a cidadania vai além da simples decodificação da letra ou da palavra, ou mesmo do desenvolvimento de um saber intelectualizado, conforme discorreu Freire (2011). Esse movimento envolve, também, a ação de incentivar o indivíduo a decifrar sua realidade política, social, cultural e econômica, e a se perceber como um sujeito histórico, que interfere de maneira positiva e responsável no mundo por meio de suas opiniões e atitudes. Nessa mesma direção, educar para a cidadania consiste em incentivar o cidadão sobre a importância de princípios e valores que dignificam o ser humano em suas relações com os outros e com as instituições (LIMA, 2019).

O Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF (BRASIL, 2009) se propõe a fornecer a capacitação técnica capaz de promover o efetivo exercício da cidadania ao “disseminar informações e conceitos sobre a gestão fiscal, favorecendo a compreensão e a intensificação da participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos”. (BRASIL, 2009, cad.1, p.28).

Assim, diferentemente do Programa Nacional de Educação Fiscal (que é uma política pública governamental), a Educação Fiscal enquanto prática/conteúdo escolar corresponde a um conjunto de ações educativas que pode ser desenvolvido por qualquer pessoa ou instituição, seja pública ou privada. Seu objetivo é sensibilizar o cidadão sobre a função socioeconômica do tributo e conscientizá-lo do seu papel cooperativo e participativo, visando harmonizar a relação entre o Estado e a sociedade. Segundo Saviani,

A escola que historicamente é o palco e alvo da disputa de interesses específicos, que representam a organização dual da nossa sociedade, característica da economia, sob e no capitalismo, tem a função precípua de tornar o homem cada



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação no mundo, para intervir e promover sua transformação (SAVIANI, 1985, p. 41).

Logo, a escola ocupa importância destacada enquanto espaço privilegiado para construção e socialização dos saberes sistematizados, através do processo ensino aprendizagem, considerando as diferentes culturas, no sentido de qualificar as múltiplas informações que o educando recebe, favorecendo sua formação na tomada de decisões e posicionamentos críticos frente à realidade que o cerca, no sentido de sua transformação (LIMA, 2019).

A Educação Fiscal pode significar ainda, um processo educativo de acionamento da capacidade intelectual do ser humano para conhecer a respeito das finanças públicas, proporcionando-lhes condições de entender, analisar e refletir sobre a aplicação de recursos e sobre o exercício de direitos e deveres. Segundo o entendimento da pesquisadora, a educação fiscal tem por objetivo promover a mudança de atitudes, de valores e de crenças para o alcance de atitudes e comportamentos cidadãos que ocasionam a redução da evasão fiscal e uma melhor aplicação dos recursos públicos.

METODOLOGIA

O projeto foi elaborado conjuntamente entre a professora referência e os estudantes do quarto ano do ensino fundamental, da EMEF Pres. Affonso Penna. O referido estudo está em pleno desenvolvimento, tendo algumas ações essenciais que serão descritas a seguir.

Promover a discussão sobre a Cidadania e o que é ser cidadão, nossos direitos e deveres na sociedade.

Analisar notas fiscais, buscando conscientizar sobre a importância de pedir a nota fiscal ao comprar mercadorias, diferenciando-as de cupons e recibos fiscais.



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

Diferenciar taxas e impostos que compõem os tributos.

Refletir sobre a importância de se cuidar dos bens públicos em relação aos gastos com manutenção e o que poderia ser feito com esse dinheiro para o bem estar da sociedade.

Explorar os benefícios que o pagamento dos impostos proporcionam para o desenvolvimento da sociedade, tendo ênfase na saúde.

Entender o Sistema Único de Saúde - SUS, compreendendo seu funcionamento.

Coletar notícias de jornais e revistas sobre arrecadação de impostos e aplicação dos recursos públicos.

Pesquisar sobre a pandemia, entendendo a propagação do coronavírus e como ações governamentais podem influenciar nesta disseminação.

Identificar as diferentes vacinas contra o Coronavírus e sua relação com a imunização comunitária.

Assim, através de aulas expositivas, do uso de literatura, tal como o livro *“Impostos, Consumo e Cidadania Direitos e Deveres”*, conversas com especialistas, pesquisas, entrevistas com pessoas que trabalham na área da saúde, questionários no *Google Forms* com a comunidade escolar, construção de gráficos para análise dos dados, vídeos do site *Leãozinho da Receita Federal*, uso de jogos didáticos, como o *Wordwall*, estão sendo desenvolvidas as ações, antes mencionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

Esperamos que as ações desenvolvidas nesse projeto, contribuam para a formação cidadã dos estudantes conscientizando-os da capacidade transformadora do meio em que vivem e que tomem consciência do seu papel diante de seus direitos e deveres para com a sociedade.

Entender este assunto oportunizando que estudantes promovam a reflexão nas suas casas, junto de seus familiares e amigos é um dos pontos que devem ser enfatizados. Afinal, a escola é um espaço social, onde o diálogo é ferramenta fundamental para o exercício da cidadania, dessa forma, se o estudante é mobilizado para levar os assuntos que a escola trabalha, disseminando em sua comunidade, maior alcance social esta temática terá.

A escola precisa e deve trazer para estudo e reflexão, as possibilidades de relação que os impostos trazem para o desenvolvimento da saúde das pessoas, principalmente, para aquelas que dependem unicamente do serviço público.

O próprio estudante, terá seu protagonismo e autoria evidenciados, visto que as discussões que ocorrem na escola, partem de seu contexto e suas considerações são valorizadas, assim, o processo de ensino e aprendizagem é desenvolvido para além dos muros da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir e refletir um tema tão relevante como a Educação Fiscal na escola com estudantes e a comunidade escolar é antes de tudo, possibilitar a compreensão da responsabilidade de todos com o que é bem público, bem como a fiscalização e cobrança da aplicação correta dos tributos pagos pelos cidadãos brasileiros. A escola constitui-se assim um espaço de debates favorecendo o desenvolvimento integral e tornando o estudante protagonista na escola a partir de conhecimentos da sua própria vida. Um



XVIII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação – Novo Hamburgo – 15 de outubro de 2021

assunto como a pandemia, não pode ser deixado de fora do currículo, visto que ele está posto na vida de todas as pessoas, afetando de forma distinta cada sujeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - Documento final. MEC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.

_____. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. **Programa Nacional de Educação Fiscal** – PNEF. Educação Fiscal no Contexto Social. 4. ed. Brasília: ESAF, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed., rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Lima, I. C. **Educação Fiscal para a Cidadania**. São Paulo: Egesp, 2019. 74p. Disponível em: <<http://www.educacaofiscal.sp.gov.br/contents/apostila-educacao-fiscal-cidadania.pdf>>. Acesso em 27/08/2021.

RIO GRANDE DO SUL. Aprendendo a ser cidadão. **Programa de Integração Tributária** - Receita Estadual: Educação Fiscal, 2019. Disponível em: <https://buscarassessoria.com.br/EF_RS/NOVO_3,_4_e_5_ano_caderno_do_professor.pdf>.

SANTOS, D. R. P. É hora de incluir os ricos na equação! **Instituto Justiça Fiscal**, 2020. Disponível em: <<https://ijf.org.br/e-hora-de-incluir-os-ricos-na-equacao-por-dao-real-pereira-dos-santos/>>. Acesso em: 27/08/2021.